

## **Sociedade Urbana e conflitos sociais na Idade Média**

Jean Luiz Neves Abreu  
Professor da Univale – MG  
[juizna@hotmail.com](mailto:juizna@hotmail.com)

### **Resumo**

O desenvolvimento dos enclaves urbanos na sociedade medieval significou uma mudança considerável nas estruturas econômicas e sociais, trazendo à tona uma série de conflitos sociais e lutas políticas específicas. O presente artigo tem por objetivo abordar a relação estabelecida entre o fenômeno urbano e o desenvolvimento de determinados conflitos, no sentido de compreender os aspectos e os fatores que os motivaram, bem como os significados que esses assumiram no período medieval.

### **Palavras-chave**

Cidades, urbanismo, conflitos

### **A ascensão das cidades e as lutas políticas**

A história da Idade Média é vista como aquela em que prevalece o mundo rural e os conflitos entre senhores e camponeses. Entretanto, diversos estudos e testemunhos revelam a importância que assumiram as formações urbanas nesse período e a complexidade dos conflitos sociais no mundo urbano. O surgimento dos conflitos sociais na cidade medieval envolvem diversos atores sociais: senhores agrários, mercadores, artesãos e trabalhadores dos mais diversos ofícios, como os fabricantes de telhas, açougueiros, entre outros. Acompanhar o desenvolvimento dos conflitos entre tais atores é acompanhar um pouco a própria história da constituição das cidades.

Não obstante as cidades nunca tenham deixado de existir na Idade Média, foi após um longo período de declínio, causado pela decadência do Império Romano no século V e o gradual povoamento do ocidente pelos “invasores” germânicos, que as cidades se multiplicaram e prosperaram a partir do século X, ganhando autonomia relativa em relação ao mundo rural.<sup>1</sup>

A história do apogeu das cidades medievais está relacionada com o progresso da civilização material, fruto da produção de excedente agrícola e da evolução demográfica assistida na Europa ocidental partir do século X<sup>ii</sup>. Após o ano 1000 o crescimento econômico na Europa incrementa e impulsiona a expansão urbana. Essa expansão, situada entre 1150 e 1330, pode ser acompanhada através do aumento da superfície construída de algumas cidades, como Bordéus, que passa de 30 a 170 hectares, da construção de sucessivas muralhas e da criação de cidades novas, tais como Villeneuve e Neuville<sup>iii</sup>.

A maior parte das cidades no período considerado se originam da *citê* da época romana, dos castelos ou mosteiros. Era comum pessoas se reunirem em torno de um castelo e estabelecerem pequenos estabelecimentos comerciais, formando um núcleo urbano que iria dar início à futura cidade. A origem das cidades também estava ligadas às *bastides*, espécies de aldeias de formação espontânea. O aumento da superfície urbana das novas cidades provém principalmente do fluxo de homens do campo, que formam um contingente demográfico que varia de 80.000 a 200.000. Por volta de 1250, a rede urbana da Europa pré-industrial já estava traçada: Paris era uma das maiores cidades, com cerca de 200.000 habitantes, as metrópoles italianas contavam com o contingente populacional de cerca de 60.000 habitantes. Centenas de pequenas cidades cobriam o mapa da Europa, com uma população que variava de 1000 a 10.000<sup>iv</sup>.

O desenvolvimento do aparelho urbano está diretamente imbricado com as funções que a cidade assume na Idade Média. Além da importância das feiras e do comércio, que conferem à cidade sua função econômica, merece destaque a função religiosa, exercida pelas ordens mendicantes; a função cultural das escolas e universidades e a função política, onde se percebe as lutas pelo domínio do poder nas cidades<sup>v</sup>.

No tocante aos aspectos da dominação política na cidade, é preciso considerar primeiramente que o crescimento dos centros urbanos está relacionado com as cortes dos grandes senhores, havendo, portanto, uma ligação entre a vitalidade urbana e o poder senhorial<sup>vi</sup>. Neste sentido, a cidade se define como um *dominium* que pertence a um ou vários senhores, representando um enclave territorial no mundo rural. Esses senhores concedem ou outorgam parte de seus direitos às comunidades urbanas ascendentes. Contudo, essa concessão nem sempre foi acompanhada pela aceitação geral dos cidadãos, de forma que grande parcela dos direitos teve de ser arrancada à força.

Essa reação contra os poderes arbitrários que os senhores laicos ou religiosos exerciam nas cidades ganhou força com o movimento comunal. A comuna era uma associação; uma “conjuração” que residia no juramento mútuo que seus membros prestavam. Conhecidas desde o século IX, na época carolíngia, as comunas tiveram um papel marcante na formação das cidades e na emancipação dos mercadores, estando intimamente relacionada com motivações de ordem econômica<sup>vii</sup>.

O movimento comunal tomava muitas vezes a forma de insurreições armadas, como a que ocorreu na Lombardia, no século XI, em que os cidadãos ergueram-se contra as pretensões feudais de seus senhores:

Houve grande perturbação na Itália, com aspectos inauditos nos tempos recentes, por causa de várias associações juradas que o povo fez contra os seus príncipes. (...) ajuramentaram-se contra os seus senhores e todo o povo miúdo contra os graúdos. Desta maneira tornaram impossível aos senhores levar por diante qualquer coisa contra a sua vontade, dizendo que, se o imperador não aparecesse na cena em pessoa, fariam eles próprios as leis<sup>viii</sup>.

A Revolta de Colónia contra o seu arcebispo, em 1074, oferece outro exemplo das violências que precederam o triunfo da comuna. A população se mobilizou contra o fato do arcebispo ter requisitado o navio de um mercador para transportar o bispo de Münster. O filho do mercador teve por iniciativa organizar uma resistência contrária a tal ordem:

(...) as notícias de que a cidade se debatia numa atrocíssima sedição chegaram até o arcebispo, que imediatamente enviou [homens] para dominar o tumulto do povo e, ficando cheio de ira, ameaçou os jovens rebeldes com o castigo merecido na próxima sessão [do tribunal]. (...) o tumulto na cidade havia se aquietado um pouco. Mas o jovem (...) não deixava de provocar todo o distúrbio que podia. Percorrendo a cidade, fazia discursos ao povo acerca da insolência e austeridade do bispo, que lançava injustas sobrecargas, despojava os inocentes da sua propriedade e insultava os honestos cidadãos(...)<sup>x</sup>

Esses fragmentos oferecem um retrato dos conflitos que ocorriam nas cidades, ocasionados por motivos políticos. Essas lutas, envolvendo cidadãos e senhores laicos e eclesiásticos, têm fundamento nas críticas aos privilégios senhoriais exercidos nas cidades e nas reivindicações pela liberdade pessoal, conquista de espaço e autonomia no meio urbano. Nesse sentido, pode-se afirmar que “a cidade medieval, em sua personalidade, é uma conquista de seus habitantes. É o resultado de uma luta social.”<sup>x</sup> A liberdade significava, acima de tudo, um conjunto de direitos e costumes conquistados, seja através do consenso ou arrancados à força. Um dos testemunhos da conquistas dos cidadãos são os privilégios que Henrique II cede aos tecelões de Londres no século XII:

Henrique, pela graça de Deus, rei de Inglaterra [...] aos juizes, viscondes, barões, oficiais e a todos os seus fiéis e homens lígios de Londres, saúde. Sabei que concedi licença aos tecelões de Londres para terem a sua guilda em Londres, com todas as liberdades e costumes que tinham no tempo do rei Henrique, meu avô. E, assim, que ninguém dentro da cidade se intrometa nesse ofício salvo por permissão [dos tecelões] [...] Por isso quero e ordeno firmemente que eles possam praticar legalmente o seu ofício em toda a parte.<sup>xi</sup>

Conforme revela o excerto acima, a liberdade de comércio e de exercer ofícios eram reivindicações constantes do movimento comunal. A constituição da comunidade urbana se funda no papel corporações, que contribuem para a organização profissional e faz com que os burgueses adquiram privilégios nas cidades. Tais privilégios são assegurados pela organização jurídica e a constituição de um conselho administrativo, o que garante um espaço de atuação política por parte dos cidadãos em oposição aos senhores.<sup>xii</sup> Embora as decisões da comunidade urbana fossem teoricamente amplas e devessem ser tomadas em conjunto pelos cidadãos, não se pode aplicar para a sociedade medieval o modelo de democracia ateniense, construída através de um longo processo de concessões das elites às reivindicações do “povo” e cujas decisões eram tomadas em assembléias que se baseavam no rodízio de cidadãos<sup>xiii</sup>. A maior parte das cidades medievais era controlada por um poderoso patriciado urbano — pequeno grupo de homens recrutados entre os intermediários feudais, mercadores e artesãos prósperos — , que detinha o poder político e social<sup>xiv</sup>.

Neste sentido, além de conflitos envolvendo senhores agrários, detentores de direitos nas cidades, e cidadãos, pertencentes às corporações de Ofício, existem as disputas entre as camadas superiores urbanas e inferiores. A relação estabelecida entre os mercadores e as classes populares urbanas é, na maior parte das vezes, de dominação. Os meios de pressão e de opressão dos mercadores sobre as categorias sociais “subalternas” eram numerosos e eficazes. Os pobres são dominados pelos mercadores porque têm dinheiro e são eles que oferecem trabalho. Dos mercadores dependem os empregados para viver. O grande mercador também é dono de casas, as quais se tornam investimento lucrativo por alojar empregados, clientes e fornecedores<sup>xv</sup>.

Se por um lado, a conquista do poder político e de determinadas liberdades pelos cidadãos representou uma resistência contra os poderes senhoriais; por outro lado, essa “nova sociedade urbana” foi edificada a partir do domínio político do patriciado urbano, favorecendo a ascensão dos mercadores e seu domínio sobre os demais cidadãos. Essa desigualdade demonstra que o ideal de liberdade da comunidade urbana, expresso no movimento comunal, não se concretizou. A sociedade urbana, na prática, era uma sociedade de desiguais.

O fato é que a cidade medieval caracteriza-se por uma nova e complexa estratificação social que não se resume mais no mundo de senhores e camponeses. Ao lado da nobreza senhorial, que ainda tem seus privilégios, e dos ricos comerciantes, diversos grupos sociais coexistem no ambiente urbano. Esses grupos também lutam por seus direitos e se erguem contra aqueles que os dominam.

### **Estruturas urbanas: dos conflitos sociais à exclusão**

O fenômeno urbano representou uma realidade ao mesmo tempo insólita e nova para os homens daquela época<sup>xvi</sup>. No século XII, a cidade atrai homens de diversas categorias sociais e origens. Para ela convergem os mercadores, os homens do campo, a nobreza, os intelectuais das universidades, as ordens mendicantes, mas também homens que nada têm, e vêem na cidade uma possibilidade de enriquecer. A cidade também é, nesse sentido, o lugar onde se proliferam pobres, miseráveis e excluídos, a exemplo dos judeus.

Duas imagens se contrapõem na definição da cidade medieval. Para alguns, a cidade representa a riqueza, a salubridade e o lugar ideal para se viver. Para Guilherme Fitz Stephen a Londres do século XII é a verdadeira imagem do paraíso:

trono do reino da Inglaterra que espalhou por todo o universo a sua glória, a sua riqueza, as suas mercadorias (...) É uma cidade abençoada pelos céus; o seu clima saudável, a sua religião, a vastidão de suas fortificações, (...) a fama que gozam os seus cidadãos e o decoro dos seus senhores<sup>xvii</sup>.

Para outros, o fenômeno urbano é interpretado como algo extremamente negativo, pois a cidade permitiu a proliferação dos miseráveis, dos “párias” e a multiplicação dos vícios. É a verdadeira imagem da Babilônia, tal como escreve Richard Devise, monge de Winchester, a respeito da cidade e dos habitantes de Londres:

Esta cidade não me agrada. Há pessoas de todos os gêneros, vindas de todos os países possíveis; cada raça traz consigo seus vícios e os seus costumes. Os bairros estão repletos de obscenidades revoltantes (...) Atores, bobos, jovens efeminados, mouros, adutores, efébos, pederastas, (...) feiticeiros, charlatães, (...) magos, mimos, mendigos<sup>xviii</sup>

Lugar de abundância e de prazer, o mundo urbano é, para os moralistas, o lugar da perdição, viciada pela cupidez, pela glotonaria e pela luxúria. Esses textos — expressões imaginárias da cidade medieval — oferecem um cenário com elementos reais que coloca em perspectiva a diversidade dos grupos sociais que habitam a cidade. Junto à glória e riqueza dos mercadores se encontram pessoas de todas condições sociais que integram um universo de densa população.

A percepção das categorias sociais nas cidades é extremamente fluida, mas essa fluidez não impede que observemos o choque das classes sociais para além dos conflitos entre o patriciado e senhores. Esses conflitos se agravam entre o final do século XII e o século XIV, opondo as camadas inferiores urbanas — o *popolo minuto* — aos ricos — o *popolo grosso*. Entre o *popolo minuto* há que se fazer distinção entre os artífices e aprendizes de corporações e massa de mão-de-obra assalariada que não tinha nenhuma proteção corporativa; os que nada têm - *Nihil*<sup>xix</sup>.

Os desfavorecidos lutam principalmente por um sistema mais equitativo de cobrança de impostos que incidem sobre a alimentação e a bebida. Em Gand, o povo sai à rua para clamar por menos impostos:

No ano de nosso Senhor de 1301, quando o Rei Filipe entrou em Gand, o povo saiu ao seu encontro exigindo (...) que o libertasse de um pesado imposto (...) sobre os artigos de consumo, especialmente a cerveja e o hidromel<sup>xx</sup>.

Outro segmento social desfavorecido nas cidades medievais é o da mulher operária. Não bastasse o discurso misógino da Igreja, estas ainda eram alvos do preconceito de homens de diversas categorias sociais e da exploração do trabalho. Uma “Canção de camisa” escrita por volta de 1180 representa a queixa das operárias que trabalhavam na tecelagem, tal como é reproduzido no seguinte fragmento:

Sempre tecemos panos de Ceda/ e nem por isso vestiremos melhor/seremos sempre pobres e nuas/e teremos sempre fome e sede/ (...) grande parte das noites ficamos acordadas/e todo dia para isso ganhar/ameaçam-no de nos moer de pancada/nossos membros quando descansamos.<sup>xxi</sup>

O alto preço dos bens de consumo indispensáveis à sobrevivência, a exploração do trabalho manual e as exigências fiscais contribuíram para aumentar, no meio urbano, o número de pobres. Trata-se de uma “pobreza laboriosa”, composta de trabalho e de esforço que são, no entanto, insuficientes para garantir a subsistência e a independência<sup>xxii</sup>.

Diante da situação de penúria em que se encontram, os pobres se revoltam e fazem diversos levantes, principalmente na conjuntura de crise dos séculos XIV e XV. As revoltas de Gand, em 1381, e de Paris, em 1382, traduzem bem as manifestações sociais dos “pobres” no meio urbano. Em 1381 o povo de Gand revoltou-se contra o seu senhor, o conde de Flandres. Marcharam em grande número para Bruges, tomaram a cidade, depuseram o conde, roubaram e mataram todos os seus oficiais e procederam da mesma maneira em relação a todas as outras cidades flamengas que caíram nas suas mãos.

Os revoltosos, chefiados por Filipe Van Artevelde, enviaram homens Paris e Rouen para incitar a população a fazer o mesmo aos seus senhores. Estas cidades revoltaram-se contra o rei da França. A primeira insurreição foi a do povo de Paris, provocada por um vendedor de frutas que, quando um oficial tentava cobrar uma taxa sobre a fruta e os vegetais que estava vendendo, começou a gritar: Abaixo a gabela<sup>xxiii</sup>. A esse grito toda a população se ergueu, correu para a casa dos cobradores de impostos, roubou-os e assassinou-os<sup>xxiv</sup>.

Essas manifestações de insatisfação popular ocorreram também na Inglaterra, na Itália e nas cidades alemãs. Apesar da violenta oposição a esses levantes, algumas conquistas devem ser mencionadas. Em Gand, por exemplo, o preço do pão foi regulamentado tornando-se mais acessível aos desfavorecidos e o acesso à assembleia de burgueses foi liberado à população.

A força potencial dessas revoltas era considerável, e embora muitas fossem norteadas por objetivos elementares e imediatos, é inegável que traduziam uma certa solidariedade dos grupos que viviam no meio urbano.<sup>xxv</sup> É significativo notar a existência de espaços nas cidades medievais que fomentavam o convívio e a solidariedade, tais como o mercado, a igreja e até mesmo o cemitério e a taberna.<sup>xxvi</sup> Há que se imaginar que tais espaços, por reunir boa parte das camadas populares, eram locais onde se realizavam as reuniões para as estratégias de lutas contra o patriciado urbano.

Se por um lado esses conflitos resultam de uma razão estrutural — a crise econômica —, por outro, revelam a relação existente entre a ascensão dos enclaves urbanos e os grupos sociais que lutavam por espaço nas cidades. É certo que também existiam pobres no campo, que também foi cenário de certas insurreições. Mas diante da conjuntura desfavorável da crise dos séculos XIV e XV parte considerável da população do campo afluía para as cidades à procura de trabalho. Entretanto, poucos eram aqueles que tinham a sorte de serem contratados de forma efetiva. A maior parte dos

que migravam para as cidades eram obrigados a sobreviver de pequenos trabalhos como mão de obra flutuante. Há um considerável número de pobres que a cidade tende a excluir “rumo à vagabundagem e à marginalidade, rumo à fome e, com frequência, à morte.”<sup>xxvii</sup>

Nos séculos XIV e XV, a exclusão torna-se maciça. Os efeitos da crise têm um peso considerável no aumento do número de mendigos, “vagabundos” e criminosos nas cidades. Devido às mutações econômicas, demográficas e sociais que provocam reajustes violentos na estrutura social, a cidade se transforma em um foco de marginalidade<sup>xxviii</sup>. Conforme afirmou Georges Duby, nas

cidades medievais a alegria de viver caminha juntamente com a extrema indigência. O espaço urbano revela uma sociedade extremamente contrastada, que espelha a riqueza e revela a miséria: à espera daquilo que se distribui, daquilo que se joga fora, daquilo que se pode furtar, pequenos ganhos que se consegue fazer nos interstícios das atividades honoráveis, vêm amontoar-se, (...) a massa dos desvalidos do crescimento, dos aleijados, dos migrantes, dos pobres<sup>xxix</sup>.

É tênue a linha que separa a marginalidade da pobreza. A marginalidade recruta-se entre os pobres e os confunde com delinquentes e criminosos, colocando-os em uma posição exterior e conflituosa diante da sociedade organizada. A cidade aparece como um “lugar teatro” do crime e da violência que se torna presente na vida cotidiana dos cidadãos.

## **Violência, cotidiano e a construção da identidade urbana**

O abade Guilbert de Nogent, denuncia a violência presente na cidade de laon no século XII, em que “(...) ninguém podia sair durante a noite a salvo. Só restava roubar, capturar e assassinar”<sup>xxx</sup>. A história das cidades ocidentais no período medieval está repleta de episódios de violência. Muitos cidadãos, embora tivessem escapado aos horrores da rebelião, tiveram que enfrenta-la quotidianamente. Em Paris, Lille, Tours, Dijon e outras cidades, “os arquivos judiciais desvendam uma série impressionante de vinganças cometidas a sangue frio, de rixas violentas, individuais ou de grupo, (...), de estupro muitas vezes coletivos”<sup>xxxi</sup>.

Essa violência não pode ser explicada somente através da miséria e da marginalidade. A sociedade medieval é uma “sociedade de honra”. Os mecanismos que conduzem às ações violentas são extremamente repetitivos: injúria e ódio são, na maior parte das vezes, as origens da violência.<sup>xxxii</sup>. O indivíduo, quando é acometido por um ato que lhe fere a honra, recorre à violência imediata. Na sociedade urbana da Idade Média a honra é um valor largamente difundido e todos os lugares públicos se tornam espaços onde ela pode ser conquistada ou perdida.

A perpetuação da violência está ligada também à marginalidade. De mendigo era comum o indivíduo se transformar em malandro; da mendicância fraudulenta, passar ao pequeno furto, depois ao roubo qualificado. Mas nem sempre os culpados são mendigos. Entre 1389 e 1392, dos 127 réus



do Châtelet, encontravam-se 50 artesãos, 27 domésticos e 22 agricultores<sup>xxxiii</sup>. Pode-se supor que uma conjuntura de crise a escassez dos rendimentos forçasse os trabalhadores a fazer parte das estatísticas criminais.

O próprio ambiente urbano favorecia o desenvolvimento de atos criminosos e violentos. A desordem e a estreiteza da rua medieval a transformavam em um ambiente propício ao crime e a emboscadas. A rua era palco de revoltas, motins, roubos e estupros. Outro local privilegiado para o desenvolvimento da violência era a taverna. As bebedeiras quase sempre terminavam em brigas e golpes sujos desferidos na escuridão das ruas estreitas. Cerca de 35% dos assassinatos e agressões na região de Touraine estava relacionado ao alto consumo de álcool consumido nas tabernas<sup>xxxiv</sup>. A taberna não era um lugar bem visto pelas autoridades, pois ela integrava toda a “contra-sociedade dos excluídos”<sup>xxxv</sup>

Estabelece-se, portanto, uma íntima relação entre a delinquência, o crime e a pobreza. Para o problema da pobreza a sociedade medieval apresentava duas soluções: os mendigos inválidos e doentes eram assistidos pelas instituições caridosas e asilos. A urgência da caridade e das obras de misericórdia eram fundamentadas pela ética cristã, de tal forma que ajudar aos pobres era uma obrigação do fiel. Conforme afirma Le Goff, Duas atitudes para com o pobre levam à caridade. “Uma, tradicional, é de que o pobre é feito para o rico, que alcança através dele sua salvação; outra, nova, difundida principalmente pelos mendicantes, é a de que o pobre merece consideração por seu valor espiritual e humano próprio.”<sup>xxxvi</sup>

Nesse sentido, os pobres tinham uma função; a de ajudar os ricos a salvar a alma. “O pobre é considerado como um intercessor nato, uma espécie de porteiro do paraíso”<sup>xxxvii</sup>. Há, nesse sentido, o prevalecimento de uma atitude ambígua em relação aos marginalizados na sociedade medieval: a cristandade medieval os detesta e os admira ao mesmo tempo, pois esta tem necessidade desses “parias” para projetar neles os males e garantir a salvação e boa consciência dos cristãos<sup>xxxviii</sup>.

Já para com os “pobres válidos”, que tinham condições de trabalhar, a atitude era outra: estes eram perseguidos e, na maior parte das cidades da Europa vários decretos — como o de João, O Bom, em 1351, na França ou o “Statute of Labourers”, na Inglaterra — determinam a expulsão das cidades dos mendigos e vagabundos<sup>xxxix</sup>. Quando não eram expulsos, os ociosos se vêem obrigados a trabalhar em tarefas consideradas humilhantes, como limpar foças por um salário reduzido.

Nota-se que os ociosos não têm lugar na cidade. Conforme bem notou Jean Claude Schmitt, essa atitude para com os que não trabalham está relacionada com a eclosão de uma “ideologia do trabalho”<sup>xl</sup>. O trabalho integra diversas categorias sociais, mas também exclui e se transforma em um critério de marginalização. Impõe-se o critério da “utilidade social”, na cidade medieval quem não trabalha não tem utilidade, torna-se à margem da sociedade através de um processo de racionalização. A assimilação do mundo da miséria ao do crime transforma o pobre em um ladrão em potencial na cidade medieval. Mendigar torna-se, para um pobre válido, um crime [...], um desempregado intermitente, torna-se , [...] pelo modo como é visto pela sociedade, um malfeitor.”<sup>xli</sup>

Para se defender do crime, os cidadãos e o governo da cidade desenvolvem um sistema de justiça e punição, válido desde meados do século XIII. Devido ao sentimento de insegurança compartilhado por todas as categorias sociais a necessidade de segurança é uma obsessão. Preocupava-se defender desde o domicílio até a própria cidade, contra o roubo de bandos rurais e de vagabundos que a invadiam<sup>xiii</sup>.

As penas aplicadas aos criminosos variavam conforme o grau do crime. Além da expulsão da cidade, as punições mais recorrentes eram o pelourinho, onde o criminoso era castigado em público, a pena de morte extra muros e a prisão. Em um Evangelário do século XI, encontra-se uma representação de uma prisão medieval, em que um criminoso está sendo conduzido por dois cidadãos a uma cela em tamanho reduzido. A imagem sugere que a segurança nas cidades era responsabilidade não só das autoridades judiciárias e militares, mas também dos próprios cidadãos. De fato, as corporações de ofício deviam fornecer regularmente um contingente para a vigilância noturna, devendo participar da defesa e segurança da cidade<sup>xiii</sup>.

Os próprios cidadãos procuravam conter os conflitos urbanos. Nos bairros, procura-se estabelecer uma relação de amizade entre vizinhos, proteger uns aos outros das investidas da violência, e no interior do bairro se destacam as necessidades de defesa e de segurança pública. Estudos empíricos revelam que os habitantes das cidades medievais recorreram a diversas estratégias para consolidar sua posição na cidade através de uma “fraternidade artificial”<sup>xiv</sup>.

É no sentido de estabelecer regras de convivência e de fazer face aos perigos da cidade que surgiram as confrarias de bairros. As confrarias desenvolvem uma solidariedade urbana, um comportamento ditado por regras pacificadoras e seus membros têm a função de pacificar conflitos, expulsando aqueles que proclamam a desordem. Nesse sentido, as confrarias contiveram muitas sublevações urbanas:

Os laços de convivência cidadãos inseriam o indivíduo num território e, simultaneamente, em cadeias de solidariedade entre pessoas que não eram iguais e em acordos entre iguais; esses laços dissimulavam as contradições primordiais, moderavam os choques, continham os impulsos, elaboravam ou defendiam uma série de valores e de modos de viver (...). Graças, sobretudo, às confrarias, os cidadãos começavam a viver bem antes de morrerem bem<sup>xiv</sup>.

Pode-se considerar, nesse aspecto, que a violência fomentou uma identidade específica no meio urbano. Paradoxalmente, ao estabelecer determinadas regras de conduta a reação ao cotidiano de violência contribuiu para definir um certo padrão de sociabilidade nas cidades. As formas de combate à violência e aos criminosos pelas autoridades e pelas milícias urbanas não representava, no entanto, a tentativa de resolver o problema dos pobres e marginalizados nas cidades. Aqueles que não eram mantidos nos asilos, ou eram punidos ou expulsos das cidades. Pode-se analisar que a ação dos cidadãos expressava o desejo de construção de um ideal de cidade que não se coadunava com a “cidade real”, que mais se assemelhava à imagem da Babilônia — cidade dos pobres,

mendigos e criminosos — que à Jerusalém — cidade onde reinava a beleza e o bom governo dos homens.

## Da cidade real à construção da cidade ideal

Os testemunhos esparsos aqui reunidos permitem uma aproximação dos conflitos e do cotidiano das cidades medievais. As narrativas das lutas entre o patriciado e os senhores, as sublevações urbanas dos cidadãos por melhores condições de sobrevivência, apontam para a relação entre esses conflitos e as estruturas urbanas no período medieval.

Do século X ao XV, pode-se observar uma mutação considerável na sociedade medieval marcada pela ascensão dos enclaves urbanos. O crescimento das cidades foi caracterizado, no início, pelas lutas políticas que espelhavam o ideal de liberdade da burguesia comercial, apoiada quase sempre pelo restante dos cidadãos. Com o aumento do contingente populacional e estabelecimentos das estruturas urbanas no século XIII, os conflitos mudam de enfoque, demonstrando a reação da multidão contra os poderes arbitrários dos senhores e do patriciado. Nos séculos XIV e XV, a situação se agrava. Com a crise, a cidade atrai um considerável número de homens do campo, que migram para as cidades à procura de trabalho. Agudizam-se os conflitos e a violência no meio urbano.

Além desses conflitos, a cidade revela-se também enquanto espaço de exclusão, propício ao desenvolvimento da pobreza e da marginalidade, para aqueles que não conseguem se integrar ao novo sistema hierárquico constituído. Com relação à marginalidade, é preciso considerar que as fontes são escassas, o que dificulta avançar em determinadas considerações sobre a questão. Mas alguns estudos e testemunhos da época, permitem identificar certas formas de exclusão e as estratégias da cidade se “proteger” desses marginais, fossem esses “leprosos”, simples “ladrões” ou criminosos violentos. Por outro lado, as formas de combate à violência nas cidades contribuem para a formação de uma identidade estabelecida entre os cidadãos; cadeias de solidariedade que diminuem a tensão violenta do cotidiano.

Nas cidades medievais, como já se observou no presente estudo, também se desenvolve um sistema de valores que incorporam uma “ideologia do trabalho”. Essa ideologia do trabalho desenvolveu-se em meio às necessidades do mercado urbano. Dessa forma, estudar o desenvolvimento das cidades medievais permite compreender melhor as mudanças nas estruturas econômicas e sociais que ocorrem no período medieval, bem como os fenômenos de marginalização social. Conforme afirmou Jean Claude Schmitt, “a sociedade medieval construiu-se integrando. Esta se define opondo-se: tendo marcado na sua carne o “V” ou “GAL”, o vagabundo e o criminoso são banidos e mandados para as galés”<sup>xlvi</sup>.

Os cidadãos aspiram cada vez mais a viver em uma cidade ideal em que impera bom governo e da justiça. As sublevações urbanas são um indicativo da busca da cidade ideal. É por um governo

melhor e pela justiça que lutam os cidadãos. As necessidades de segurança e de paz urbanas, mobilizam os cidadãos que excluem aqueles elementos que não se enquadram na *urbs*. Desde o século XII, os regulamentos de higiene e urbanismo multiplicam-se nas cidades. Há uma necessidade crescente de ordem e limpeza, que não se nota no campo e que marca o urbanismo do século XII.

Como bem nota Jacques Le Goff, a arte Gótica e a escolástica estabelecem como norma de urbanismo, “ordem, e luz, matemática e razão, cor e verticalidade”<sup>xlvii</sup>. As catedrais e as universidades espelham o orgulho dos cidadãos, principalmente os burgueses, que criam as condições para a beleza artística urbana. As cidades criadas pelos príncipes espelham uma estética de defesa, expressa nas muralhas, e de ordem, expressa no traçado urbano. “Depois do urbanismo das praças principescas do Antigo Regime, a cidade neoclássica, depois a cidade haussmaniana, e hoje, a arquitetura moderna das grandes obras retomarão, (...) essa inspiração inovadora”<sup>xlviii</sup>

Na Idade Média a cidade ideal já expressa os ideais de “civilização” e “urbanidade”. Esses termos fazem aparição pouco depois de 1550 e utilizados primeiro por eruditos, passam logo “a designar bastante claramente uma arte de viver próprio do mundo cidadão”<sup>xlix</sup>. Ritos cívicos, sagrados, festas, costumes e formas de viver marcam a “urbanidade”, mas uma “urbanidade” fundamentada ainda em valores hierárquicos característicos da sociedade medieval.

O ideal de civilidade retrata a cidade ideal, que se apresenta o oposto da imagem da cidade real, onde mendigos e pobres rompem com a harmonia desejada. Na Idade Média, a cidade simboliza sobretudo esse espaço de conflitos, em que o ideal de civilidade contrasta com a violência das relações cotidianas.

Atentar para a realidade da Idade Média permite compreender melhor as formas como a cidade se caracteriza enquanto um espaço de conflito e como esses se constituíram historicamente. A partir da perspectiva da “longa duração”, ao se analisar as transformações nas estruturas econômicas e sociais que tiveram lugar na sociedade urbana do período medieval, estas contribuem para uma reflexão mais profícua das relações econômicas, sociais e simbólicas que sobrevivem nas cidades de hoje.

Foi nas cidades medievais que o capitalismo e a ideologia do trabalho se afirmou. Da mesma forma, os ideais de civilidade e urbanidade, já estão presentes nessa sociedade em mutação. É também, nas cidades medievais, que se desenvolvem as estratégias de exclusão e de marginalização, que, na época moderna, serão aprofundadas. Desde a Idade Média, que o ócio é atacado pelas autoridades, que expulsam ou internam em asilos os pobres inválidos.

A cidade moderna mantém a mesma atitude para com os excluídos. A idade clássica é a do internamento e para satisfazer o desejo de higiene social, cria-se, em 1657, o “Hôpital Général”, onde os loucos, indigentes, mendigos e “inúteis” são internados, excluídos da cidade e da sociedade<sup>1</sup>.

Tendo em vista a análise dos conflitos sociais na sociedade urbana do medievo, detecta-se que a compreensão do fenômeno da cidade medieval, guardada suas especificidades, contribui para uma reflexão acerca das relações entre a história dos fenômenos sociais e a história das cidades. A cidade

do século XXI sofreu diversas transformações em sua forma e funções. Entretanto, a natureza dos conflitos, as formas de solidariedade, os processos de marginalização e os desejos do “bom governo” são problemas centrais que as cidades enfrentam na atualidade e que guarda paralelos com o fenômeno urbano medieval.

## Fontes impressas

ESPINOSA, Fernanda. *Antologia de textos históricos medievais*. Lisboa, Sá da Costa Editora, 1981.

LORCIN, M. Th. *Société et cadre de vie en France, Angleterre et Bourgogne (1050-1250)*. Paris: SEDES, 1975.

LE GOFF, Jacques. *O apogeu da cidade medieval*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

## Bibliografia

ANDERSON, Perry. “A dinâmica feudal” In: *Passagens da Antiguidade ao Feudalismo*. São Paulo: Brasiliense, 1982

BONNASSIÉ, Pierre. *Dicionário de História Medieval*. Lisboa: Don Quixote, 1985

CALVINO, Italo. *As cidades invisíveis*. São Paulo: Cia. Das Letras, 1998.

DUBY, Georges. *Guerreiros e camponeses: os primórdios do crescimento econômico* Lisboa: Estampa, 1993.

\_\_\_\_\_. *A Europa na Idade Média*. São Paulo: Martins fontes, 1992.

FINLEY, Moses. *Democracia Antiga e Ideologia Moderna*. Rio de Janeiro: Graal, 1988

FOUCAULT, Michael. *Surveiller et punir. Naissance de la prison*. Paris: Gallimard, 1970.

GAUVARD, Claude. Violence citadine et réseaux de solidarité: l'exemple français aux XIV et XV siècles. *Annales ESC*, Septembre-Octobre, n. 5.

LE GOFF, Jacques. *Mercadores e banqueiros na Idade Média*. São Paulo: Martins fontes, 1992.

\_\_\_\_\_. (org) *A História nova* São Paulo: Martins Fontes, 1992

\_\_\_\_\_. “Os marginalizados no ocidente medieval” In: *O maravilhoso e o cotidiano no ocidente medieval*. Lisboa: Edições 70, 1992

\_\_\_\_\_. *O apogeu da cidade medieval*. São Paulo: Martins Fontes, 1992

\_\_\_\_\_. *La Civilization de L'Occident Médiéval*. Paris: Arthaud, 1964.

\_\_\_\_\_. *Por amor às cidades*. São Paulo: UNESP, 1998.

\_\_\_\_\_. (dir.) *O homem medieval*. Lisboa: Presença, 1981.

LOYN, H. R. (org) *Dicionário da Idade Média*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1992

MOLLAT, Michel. *Os pobres na Idade Média*. Rio de Janeiro: Campus, 1989.

ROSSER, Gervase. Solidarités et Changement social, les fraternités urbaines anglaises à la fin du Moyen Age. *Annales*, Septembre-octobre 1993, n. 5.

ROSSIAUD, Jacques. “O Cidadino e a vida na cidade” In: LE GOFF, Jacques. (dir.) *O homem medieval*. Lisboa: Presença, 1981

SENNET, Richard. *Carne e Pedra: o corpo e a cidade na civilização ocidental*. Rio de Janeiro: Record, 1997

SHIMITT, Jean Claude. “A História dos marginais” In: LE GOFF, Jacques (org) *A História Nova*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

VINCENT, C. *Des charités bien ordonnées: les confréries normands de la fin du XIII siècle au début du XVI siècle*, Paris, Collecition de L'École Normale Supérieure de jeunes filles, [S. D]

## Notas

<sup>i</sup> Cf. Verbetes “Cidade Nova” IN: BONNASSIÉ, Pierre. *Dicionário de História Medieval*. Lisboa: Don Quixote, 1985 pp. 51-54;

Verbetes “Cidades” IN: LOYN, H. R. (org) *Dicionário da Idade Média*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1992. pp. 89-92

<sup>ii</sup> Com relação ao crescimento econômico na Idade Média ver: ANDERSON, Perry. “A dinâmica feudal” In: *Passagens da Antigüidade ao Feudalismo* São Paulo: Brasiliense, 1982 e DUBY, Georges. *Guerreiros e camponeses: os primórdios do crescimento econômico* Lisboa: Estampa, 1993.

<sup>iii</sup> BONASSIÉ, Pierre. *Op. cit.* p. 53

<sup>iv</sup> Cf. ROSSIAUD, Jacques. “O Cidadino e a vida na cidade” In: LE GOFF, Jacques. (dir.) *O homem medieval*. Lisboa: Presença, 1981, p. 99

<sup>v</sup> LE GOFF, Jacques. *O apogeu da cidade medieval*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

<sup>vi</sup> DUBY, G. *Guerreiros e camponeses Op. cit.*, pp. 251-52

<sup>vii</sup> Cf. Verbetes “Comuna” In: BONASSIÉ, Pierre. *Dicionário do História medieval*, pp. 55-62.

<sup>viii</sup> WIPONIS. *Gesta Chuonardi Imperator*, cap. 34, *Monumenta Germanie Historica – Scriptorum XI*, Hannover, 1854. IN: ESPINOSA, Fernanda. *Antologia de textos históricos medievais*. Lisboa, Sá da Costa Editora, 1981, pp. 271-272

<sup>ix</sup> HERSFELDENSIS, *Annales* J. P MIGNE, *patrologiaie Coursus Completus*. IN: ESPINOSA, Fernanda. *Op. cit.*, p. 273

<sup>x</sup> LE GOFF, Jacques. *O apogeu da cidade medieval Op. cit.*, p. 80

<sup>xi</sup> IN: ESPINOSA, Fernanda. *Op. cit.*, p. 274

<sup>xii</sup> LE GOFF, Jacques *O apogeu da Cidade Medieval Op. cit.*, p. 80

<sup>xiii</sup> FINLEY, Moses. *Democracia Antiga e Ideologia Moderna*. Rio de Janeiro: Graal, 1988

<sup>xiv</sup> ANDERSON. *Passagens da Antigüidade ao Feudalismo Op. cit.*, pp. 185-186

<sup>xv</sup> LE GOFF, J. *Mercadores e banqueiros na Idade Média*. São Paulo: Martins fontes, 1992. pp. 41-69

<sup>xvi</sup> LE GOFF, Jacques. *La Civilization de L'Occident Médiéval*. Paris: Arthaud, 1964. p. 374

<sup>xvii</sup> Texto extraído de LORCIN, M. Th. *Société et cadre de vie en France, Angleterre et Bourgogne (1050-1250)*. Paris: SEDES, 1975 p. 318

<sup>xviii</sup> Ibidem

<sup>xix</sup> LE GOFF, jacques. *La Civilization de L'Occident Médiéval*. pp. 375-376

<sup>xx</sup> *Anais de Gand* APUD: LE GOFF, Jacques. *O Apogeu da Cidade Medieval Op. cit.*, p. 148

<sup>xxi</sup> “Toujour draps de Soie tisserons/ Et n'en serons pas mieux vêtues/Toujors serons pauvres et nues/ Et toujours faim et soif aurons,/ (...) Des nuits grand' partie veillons/ et tout le jour pour y gagner/On nous menace de rouer Nos membres, quand nous reposons”Chrétien de TROYES *Yvasin*. Apud: LE GOFF, Jacques. *La Civilization de L'Occident Médiéval*. pp. 376-377.

<sup>xxii</sup> MOLLAT, Michel. *Os pobres na Idade Média*. Rio de Janeiro: Campus, 1989. p. 158

<sup>xxiii</sup> Imposto sobre o sal, que só desapareceu em 1789. Grifo meu

<sup>xxiv</sup> The Diary of Buonaccorso Pitti. *Two memoirs of Renaissance*. ESPINOSA, Fernanda. *Antologia de textos históricos medievais* pp. 334-335

<sup>xxv</sup> MOLLAT, Michel. *Os Pobres na Idade Média Op. cit.*, pp. 216-219

<sup>xxvi</sup> LE GOFF, Jacques. *O Apogeu da Cidade Medieval Op. cit.*, p. 191

<sup>xxvii</sup> Ibidem, p. 147.

<sup>xxviii</sup> Jean Claude Schmitt, estabelece uma relação entre o desenvolvimento das cidades na Europa da Idade Média e os processos de marginalização. Esse autor demonstra como a cidade, nesse período, aparece como foco de marginalidade

sendo ela própria um corpo marginal na sociedade pelos novos valores que integra. Cf. SCHMITT, Jean Claude. “A História dos marginais” In: LE GOFF, Jacques (org) *A História nova* São Paulo: Martins Fontes, 1992.

<sup>xxix</sup> DUBY, Georges. “A cidade, a catedral, a escola” In: *A Europa na Idade Média*. São Paulo: Martins fontes, 1992. p. 61

<sup>xxx</sup> GUILBERTI, Abbatis, De vita Sua sive monodiarum, lib. III, cap VII ESPINOSA, Fernanda. *Antologia de textos históricos medievais*. Op. cit, p. 213

<sup>xxxi</sup> ROSSIAUD, Jacques. O Cidadino e a vida na cidade Op. cit p. 107

<sup>xxxii</sup> GAUVARD, Claude. Violence citadine et réseaux de solidarité: l'exemple français aux XIV et XV siècles. *Annales ESC*, Septembre-Octobre, n. 5, pp. 113-1126.

<sup>xxxiii</sup> MOLLAT, Michel. *Os pobres na Idade Média*. Op. cit, p. 240

<sup>xxxiv</sup> SENNET, Richard. *Carne e Pedra: o corpo e a cidade na civilização ocidental*. Rio de Janeiro: Record, 1997 pp. 165-166

<sup>xxxv</sup> LE GOFF, Jacques. *O Apogeu da Cidade Medieval*. Op. cit, p. 191.

<sup>xxxvi</sup> Ibidem, p. 171

<sup>xxxvii</sup> MOLLAT, Michel. Op. Cit., p. 110

<sup>xxxviii</sup> LE GOFF, Jacques. “Os marginalizados no ocidente medieval” In: *O maravilhoso e o cotidiano no ocidente medieval*. Lisboa: Edições 70, 1992

<sup>xxxix</sup> Cf. SHIMITT, Jean Claude. “A História dos marginais” Op. cit, p. 275; GAUVARD, Claude. Violence citadine et réseaux de solidarité: l'exemple français aux XIV et XV siècles. p. 1126

<sup>xl</sup> Cf. SHIMITT, Jean Claude. “A História dos marginais”. pp. 269-270

<sup>xli</sup> LE GOFF, Jacques. *O apogeu da Cidade Medieval* Op. cit, p. 176

<sup>xlii</sup> LE GOFF, Jacques. *Por amor às cidades*. São Paulo: UNESP, 1998. pp. 76-78

<sup>xliii</sup> Ibid. p. 79

<sup>xliiv</sup> ROSSER, Gervase. Solidarités et Changement social, les fraternités urbaines anglaises à la fin du Moyen Age. *Annales*, Septembre-octobre 1993, n. 5. p. 1127

<sup>xliiv</sup> ROSSIAUD, Jacques. O Cidadino e a vida na cidade. p. 114 Com relação a atuação das confrarias na manutenção do ideal de paz urbana ver também: VINCENT, C. *Des charités bien ordonnées: les confréries normands de la fin du XIII siècle au début du XVI siècle*, Paris, Collecition de L'École Normale Supérieure de jeunes filles, [S. D] p. 225

<sup>xliiv</sup> SHIMITT, Jean Claude. “A História dos marginais”. p. 287

<sup>xliiv</sup> LE GOFF, Jacques. *Por amor às cidades*. p. 114

<sup>xliiv</sup> Ibid.

<sup>xlix</sup> ROSSIAUD, Jacques. “O Cidadino e a vida na cidade” Op. cit, p. 114

<sup>l</sup> Acerca dos processos de racionalização e exclusão consultar: FOUCAULT, Michael. *Surveiller et punir. Naissance de la prison*. Paris: Gallimard, 1970.